

## O Elogio do efeito na historiografia

### *The praise of the effect on historiography*

Veridiano Koeffender Moreira\*

**Resumo:** O artigo faz parte de uma investigação<sup>1</sup> sobre o problema da eficácia retórica, tópico concernente aos estudos sobre a relação entre retórica e historiografia. Partindo da controvérsia envolvendo os historiadores Carlo Ginzburg e Hayden White acerca do chamado “narrativismo” histórico, apresentamos, em linhas gerais, a crítica que Ginzburg realiza à ideia de eficácia como critério de verdade histórica, defendida por H. White. Em seguida, analisando a argumentação de Barbara Cassin acerca da eficácia retórica pelo viés da sofística, propomos uma reavaliação da controvérsia Ginzburg-White, na medida em que a filósofa promove uma defesa da eficácia retórica ao mesmo tempo em que pretende esvaziar as pretensões platônico-aristotélicas de relacionar a retórica com a ética filosófica, trazendo consequências pertinentes ao tópico dessa controvérsia teórica na historiografia.

**Palavras-chave:** Eficácia. Sofística. Retórica. Historiografia.

### The praise of the effect on historiography

**Abstract:** This article is part of an investigation into the problem of rhetorical effectiveness, topic concerning the studies on the relationship between rhetoric and historiography. Starting from the controversy involving historians Carlo Ginzburg and Hayden White about the so-called "narrativismo" historic we present, in general, the critical Ginzburg holds that the idea of efficiency as a criterion of historical truth, defended by H. White. Then, analyzing Barbara Cassin argument about the rhetorical effectiveness standpoint of sophistic, we propose a reassessment of the controversy Ginzburg-White, in so far the philosopher who promotes a defense of rhetorical effectiveness while seeking to deflate the pretensions platonic-Aristotelian rhetoric to relate to philosophical ethics, bringing relevant consequences to the topic of this theoretical controversy in the historiography.

**Keywords:** effectiveness. Sophistic. Rhetoric. historiography.

### O elogio do efeito na historiografia

Retórica, sofística e historiografia. A relação não é evidente, mas desde a publicação, em 1973, de *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*, pelo historiador norte-americano Hayden White, a proposição de que a linguagem é a

---

\*Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e mestrando em História pela mesma Universidade. Contato: veridiano@ufrgs.br

<sup>1</sup> Pesquisa conduzida em mestrado, na linha de Teoria da história e historiografia, do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e financiada pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Artigo recebido em 24-03-2014 e aceito em 14-04-2015.

materialidade mais imediata do historiador influiu o debate teórico acerca das narrativas historiográficas.<sup>2</sup>

As proposições de White inverteram e colocaram de ponta-cabeça a antiga formulação de Aristóteles, que havia definido a poesia como sendo mais filosófica e elevada que a história, pois a história, referindo-se ao âmbito do particular, estaria narrando o que ocorreu (“o que Alcibíades fez ou o que lhe aconteceu”), enquanto a poesia diria respeito ao universal, narrando o que poderia ter acontecido.<sup>3</sup> Todavia, as coisas se tornaram um pouco mais complexas. Primeiramente porque, segundo White, toda narrativa historiográfica é filosofia da história, ou seja, é especulação ou dotada de caráter especulativo.<sup>4</sup>

Enquanto um historiador pode entender que é sua tarefa reevocar, de maneira lírica ou poética, o “espírito” de uma época passada, outro pode presumir que lhe cabe sondar o que há por trás dos acontecimentos a fim de revelar as “leis” ou os “princípios” de que o “espírito” de uma determinada época é apenas uma manifestação ou forma fenomênica. Ou, para registrar uma outra diferença fundamental, alguns historiadores concebem sua obra primordialmente como uma contribuição para a iluminação de problemas e conflitos sociais existentes...<sup>5</sup>

Assim, em oposição à famosa tese de Aristóteles, é a história que se pretende geral e filosófica. Prova disso são as expressões “consciência histórica”, “pensamento histórico”, “processo histórico”, consagradas no jargão do historiador e que denotam

---

<sup>2</sup> A obra de Hayden White intensificou o debate acadêmico sobre o problema da narrativa na história. No entanto, é evidente que a controvérsia não se restringiu às questões levantadas por White. Como aponta Elizabeth Clark, vários autores trataram da questão. Cf. CLARK, Elizabeth: Se reconhece (com Michel de Certeau) o estrangeirismo do passado, que as “almas dos mortos” ressurgem apenas em presente discurso, e (com Dominick LaCapra) que o passado não é uma entidade que sempre esteve lá “em seus próprios termos e por sua própria vontade”. Como R.G. Collingwood e vários outros argumentaram, esta história é conduzida pelas questões do historiador, e a compreensão histórica do fato pode ser algumas vezes criada, não descoberta. [...] Com Hans-Georg Gadamer, uma vez que se reconheça que os “horizontes” do historiador se fundam com o texto, eles próprios abrangem parte do fenômeno a ser estudado. [...] Pensou-se em uma história menos propensa à continuidade – muitas vezes, uma categoria ideologicamente suspeita – que a descontinuidade, notando (com Foucault) as rupturas na grande ordem histórica, assim como (com Derrida e outros teóricos pós-estruturalistas) as lacunas, ausências, aporias e contradições no texto. Reconhece-se (com Lyotard e críticos da narrativa) que “grandes narrativas”, tais como a ascensão e triunfo da Cristandade, muitas vezes encobrem pressupostos ideológicos. Então, se admite que “experiência” não é uma categoria fundacional que está sempre já trabalhada sobre o texto e para a qual o texto não oferece compreensão original e particular. Para finalizar, Elizabeth Clark conclui, juntamente com White: na medida em que questões de poder orientam a interpretação do passado, se aceita que não há historiografia politicamente inocente. CLARK, Elizabeth A. *History, Theory, Text. Historians and the Linguistic Turn*. Cambridge: Harvard, 2004.

<sup>3</sup> ARISTÓTELES. *Poética* 1451b.

<sup>4</sup> WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 14.

<sup>5</sup> *Id. Ibid.*, p. 20.

um modo específico de conhecimento que se pretende, ao fim, mais ou menos universal.<sup>6</sup>

Além disso, dado que ela é uma narração, deveríamos lembrar (agora com Paul Veyne), que a história, assim como o romance, seleciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página, e esta síntese narrativa, à qual chamamos história, não é menos espontânea que nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos.<sup>7</sup> Essa operação, que implica ora em distensão, ora em supressão, essa atividade que transforma o passado em algo moldado, como um plasma, é o que eleva a história a uma condição geral, na medida em que ela se dá no âmbito do “como se”, no âmbito do verossímil.<sup>8</sup>

Em segundo lugar, tomando-se as narrativas historiográficas pelo que White as considera, a saber: como modos de especulação, instituídas poética e linguisticamente, não se poderia dizer que um modo de narrativa é superior a outro, por ser mais realista. O único fundamento para escolher uma perspectiva de história no lugar de outra seria antes estético ou moral, ao invés de epistemológico.<sup>9</sup> Desse modo, a história se vê em aporia para narrar o que aconteceu, pois os fatos são agora, por definição, parcelados e parciais, infinitos e cambiantes como o sensível heraclitiano, para usar as palavras de Barbara Cassin. A história, portanto, não teria meios inequívocos de decidir quer sobre a verdade-realidade do fato, quer sobre a verdade-adequação da narrativa ao fato, nem acerca da verdade-correção da historicização das narrativas.<sup>10</sup> A narrativa histórica se mostrara mais complexa do que um mero “*o que Alcibíades fez ou o que lhe aconteceu*”, como previu Aristóteles.

---

<sup>6</sup> É preciso ter em mente que se trata, como foi dito, exatamente disso: uma pretensão. Como aponta White, se durante todo o século XIX a questão “o que significa pensar historicamente” gerou respostas inequívocas, no século XX a atmosfera será um pouco menos autoconfiante, sobretudo quando tratada por pensadores da Europa continental como Heidegger, Lévi-Strauss e Michel Foucault.

<sup>7</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 14.

<sup>8</sup> CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura*. São Paulo: Ed. 34, 2005. p. 231.

<sup>9</sup> WHITE, Hayden. *op. cit.*, p. 14.

<sup>10</sup> CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 233.

### Uma antiga denúncia: o problema da eficácia.

Como veremos, Babara Cassin, de modo muito perspicaz, tratou da questão no ponto em que a controvérsia se torna mais difícil e desconcertante, a saber: o problema da *eficácia* na narrativa.

Denunciada por Carlos Ginzburg, a noção de eficácia foi levada ao extremo para produzir uma ideia de imoralidade erística, supostamente proveniente de uma retórica má, que teria sido promovida pelos oradores e sofistas na Grécia durante o século V a.C. Para combater essa retórica má e sofística (consideradas o mesmo por Platão), Ginzburg fará uso de uma retórica supostamente boa, apenas com fins hermenêuticos e orientada segundo a tradição filosófica herdada desde Platão e mais tarde reformulada por Aristóteles.<sup>11</sup>

Em artigo sobre o tema, o argumento do historiador italiano toma como ponto de partida o escândalo do caso Faurisson, episódio bem conhecido no qual o historiador francês, argumentando pela impossibilidade de localizar alguma testemunha ocular das câmaras de gás entre os judeus, conclui que a Shoah não deva ter ocorrido. Frente ao acontecido, White declara que a pretensão de Faurisson é “moralmente ofensiva e intelectualmente desconcertante”. Mas, segundo Ginzburg, a noção de “mentira”, que implica em conceitos como “realidade” e “prova” lança White, desde sempre, em evidente embaraço. Para evitá-lo, White responde que a interpretação israelita do holocausto deixa intacta a realidade, enquanto a interpretação revisionista transforma profundamente a realidade do que foi o massacre, a tal ponto de desrealizá-lo. Desse modo, White opta por argumentar que a interpretação histórica do Holocausto, fornecida pelos sionistas, não é uma *contre-verité*, mas uma verdade:

A sua verdade, como interpretação histórica, consiste exatamente na sua *eficácia* em justificar uma ampla gama dos atuais comportamentos políticos de Israel, que, do ponto de vista daqueles que os formulam, são essenciais não só para a segurança mas para a própria existência do povo hebraico.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Ginzburg, Carlo. Relações de força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>12</sup> Ginzburg, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 223.

E da mesma forma, prossegue:

Os esforços do povo palestino de dar vida a uma resposta politicamente *eficaz* à política de Israel leva a produzir uma ideologia tão *eficaz* quanto, que contém uma interpretação da própria história provida de um significado até hoje ausente.<sup>13</sup>

É assim que, resguardada alguma base real e ontológica<sup>14</sup>, as interpretações seriam, segundo a resposta de White, validadas ou desconfirmadas com base na sua *eficácia* de persuasão. Eis então o ponto mais crítico de toda essa discussão, que perdura desde o tempo de Platão contra Górgias<sup>15</sup>, tendo sido reelaborada em nossos dias por Ginzburg: “Podemos concluir que, se a narração de Faurisson tivesse de algum modo resultado *eficaz*, White não hesitaria em considera-la verdadeira”.<sup>16</sup>

Estava assim coloca a denúncia da *eficácia* em sua versão moderna. Todavia, tão importante quanto localizá-la é procurarmos entender porque ela sempre se renova.

Como vimos, a controvérsia havia começado enfrentando problemas teóricos: a inversão particular–universal do papel da história, estabelecida desde Aristóteles, e o caráter poético e linguístico da história vista como narrativa. A seguir, entra em cena o estatuto retórico das narrativas historiográficas para então, de sobressalto, a aporia moral tomar conta dos espíritos, uma vez que Ginzburg, evocando seu princípio de realidade, lança um desafio limite contra o ceticismo histórico – um ceticismo que é orientado, na concepção de White, segundo a noção de *eficácia*.

Uma resposta à pretensão de correspondência, guiada por uma ideia de necessidade filosófica, frequentemente foi vista como algo pernicioso e perigoso. Com Barbara Smith, a negação do cético, ou a sua contra-verdade (lembramos da *contre-verité*, em White), mesmo no domínio das coisas que não são auto-evidentes, se torna apavorante: “tudo é fluxo”, “é tal qual cada um percebe”, “a sua verdade, como interpretação histórica, consiste exatamente na sua *eficácia*”, “Deus está morto”, “não há nada fora do texto”. Surge um arrepio de horror: e se for *verdade*? Será a nossa

---

<sup>13</sup> *Id. Ibid.*

<sup>14</sup> Na argumentação de White, o negacionismo deveria ser invalidado, por desrespeitar essa premissa.

<sup>15</sup> A cena platônica, descrita no diálogo Górgias, descreve um concurso sobre quem mais entende da excelência ou nocividade dos alimentos. O cozinheiro triunfa sobre o médico, frente a crianças no papel de juizes, facilmente persuadidas pela *eficácia* da culinária em satisfazer o paladar. Platão. *Górgias*. 464e.

<sup>16</sup> Ginzburg, Carlo. *op. cit.*, 2006, p. 223.

ruína, a ruína da filosofia, da historiografia. O argumento racional, o conhecimento objetivo, a própria justiça e “*todo o trabalho da minha vida em troca de nada*”. De súbito, um segundo arrepio: e se for *verdade*? Anarquia, assassinato, violência, – tudo será permitido e o mundo cairá no completo caos e infelicidade; e eu, *livre finalmente do trabalho da minha vida*.<sup>17</sup>

Como veremos, o próprio Perelman, que pretende uma revitalização da retórica no seio da cultura humana, não pôde evitar a velho dilema platônico: “mas se apenas a eficácia é levada em conta, teremos um critério que nos permita distinguir o sucesso do charlatão e o do filósofo eminente?” Nosso esforço, na esteira de Barbara Cassin, será quebrar as correntes platônicas que aprisionam a retórica e libertá-la para o mundo, e mostrar que não há motivos para fazer dessa libertação uma espécie de caixa de Pandora.

### Eficácia e retórica.

Falamos em eficácia, e o fazemos por uma só razão: a história, reconhecidamente, possui um estatuto retórico. Dizemos reconhecidamente porque sobre isso há concordância, até certo ponto, em ambos os lados. Se essa premissa – a primazia da linguagem – é imperativa para White, que analisa os tropos, as figuras de linguagem, os tipos de enredo (romanesco, satírico, trágico e cômico), os tipos de argumento (formalista, organicista, mecanicista e contextualista), os tipos de ideologia (anarquismo, conservadorismo, liberalismo e radicalismo), enfim, a linguagem como recurso constitutivo da representação histórica; também, por outro lado, o próprio Ginzburg reconhece a importância da retórica para a constituição de provas na historiografia.<sup>18</sup>

A diferença entre Ginzburg e White recairia então exatamente no tipo de retórica que existe e na qual cada um deles acredita e exerce, ou ao menos isso é o que a tradição filosófica e os argumentos de Ginzburg tentarão demonstrar. Segundo essa visão, haveria uma retórica boa, voltada para a hermenêutica e que teria por fim

---

<sup>17</sup> SMITH, Bárbara Herrnstein. *op. cit.*, p. 163.

<sup>18</sup> GINZBURG, Carlo. *op. cit.*, 2002.

alcançar, tanto quanto fosse possível, o cerne do acontecimento; e outra má, voltada para a eficácia, erística, negadora da necessidade e caminho para o erro e abusos.

No entanto, o que Barbara Cassin procura nos demonstrar é que essa visão dualista, que opõe boa e má retórica é uma ilusão. Uma ilusão que nos foi legada justamente pela tradição filosófica, quando esta buscou ocupar o trono da autoridade no mundo e construiu seu império da verdade, de um modo sempre mais ou menos pretensioso, mas frequentemente duvidoso e problemático:

O próprio nome de “filo-sofia” é, ao mesmo tempo, o cúmulo da pretensão e uma confissão de impotência: os ladrões que, após a clivagem socrática, se apropriaram da moral, “arrogam-se um nome muito pretensioso (insolentissimum), pois se faziam chamar só a eles de ‘amigos da sabedoria’, um título que jamais ousaram reivindicar os mais eminentes chefes nem os homens políticos mais ilustres na condução dos maiores negócios e na administração geral do Estado: de fato, eles preferiam adotar medidas excelentes a promê-las” (Quintiliano. *Institutio Oratória*. I, Prólogo, 14).<sup>19</sup>

Cassin, fazendo uso da crítica de Quintiliano, que era orador, acusa a filosofia de ladra, por ter-lhe roubado seus objetos e meios. A acusação deverá perturbar a maioria dos espíritos, pois, via de regra, não estamos acostumados a isso. Em nossas vidas, a filosofia, graças aos rumos estabelecidos desde o início da história, sempre foi imaginada como mestra da verdade. Quando Parmênides é transportado, além dos umbrais da noite e do dia, para a morada da Deusa, que o acolhe para que então ele se instrua do intrépido coração da Verdade, o poema nos persuade de que é um propósito bom e divino que o guia.

Assim nasce a ontologia e a necessidade: é preciso uma viagem à morada da Deusa, que com boa vontade acolhe o filósofo, segura-lhe a mão direita entre as suas, e o lembra de que nenhuma partida ruim o enviou a trilhar esse caminho, que é apartado do caminho dos homens, mas junto à Norma e à Justiça. Toda a cena nos inspira um bom presságio.

Por outro lado, já no século I d.C., Quintiliano nos lembra que:

Em nossa época, na maior parte dos casos, o nome de filósofo serviu como anteparo aos maiores vícios. De fato, ninguém se esforçava em adquirir uma reputação de filósofo pela prática da virtude e dos estudos, mas em disfarçar

---

<sup>19</sup> CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 185.

os mais corrompidos costumes sob a máscara da severidade e da originalidade do comportamento” (I, prólogo, p. 15)

De certo modo, a crítica de Quintiliano é surpreendente, considerando que, desde Platão, apenas o filósofo passou a deter as chaves da retórica. Após aprisioná-la no mundo do ser, e transformá-la numa espécie de serva da verdade e da justiça, a retórica passou a ser vigiada pela correção e pela norma, que exerciam seus papéis de guarda. O trabalho de Cassin e de outros pensadores antes dela (impossível evitar a referência a Nietzsche)<sup>20</sup> foi criticar a autoridade da filosofia. Uma vez que a crítica tenha sido desferida, eventualmente arriscou-se alguma incursão para libertar a retórica e trazê-la de volta ao mundo, onde poderia ser útil de alguma forma. Em suma, nisso consistiu o trabalho dos retóricos romanos, mesmo que nos tempos de Cícero e Quintiliano não se refletisse, à maneira sofística, um curioso episódio: durante a fuga da retórica, a prisão filosófica foi deixada para trás sem que tenha se notado a presença de guarda algum.<sup>21</sup>

A retórica volta ao mundo. É admitida na cena historiográfica. O sofista, após isso, se torna demiurgo, muito simplesmente porque esse mundo requer interpretação e, em seguida, demonstração: demonstração essa que é veiculada única e inexoravelmente pelo *logos*, tão logo abrimos mão da verdade revelada pela deusa:

Aldo Brancacci tem razão em observar que a “posição corrente nos meios retóricos do século II”, não menos válida para a retórica latina, e perfeitamente emblematizada por Frontão, inverte a posição filosófica

---

<sup>20</sup> “Existem inimigos da filosofia: e fazemos bem em escutá-los, especialmente quando desaconselham a metafísica às cabeças adoecidas dos alemães e pregam a purificação pela *physis*, como Goethe, ou a cura pela música, como Richard Wagner. Os médicos do povo rejeitam a filosofia; e quem quiser justificá-la deverá mostrar para que necessitam e têm necessitado dela os povos saudáveis. Caso este possa demonstrá-lo, talvez até os convalescentes compreendam, para sua própria vantagem, por que a filosofia tem sido danosa precisamente a eles. Há, pois, bons exemplos de uma saúde capaz de constituir-se totalmente isenta de filosofia ou utilizando-se dela com grande moderação, de maneira quase jocosa; foi assim que os romanos viveram seus melhores tempos sem filosofia.” NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Filosofia na era trágica dos gregos*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

<sup>21</sup> Cf. o debate entre o Argumento Justo e o Argumento Injusto. Aristófanes. *As Nuvens*. p. 889 e segs. Aristófanes, com humor característico, nos apresenta a questão, discutida à maneira grega, entre o argumento justo (filosofia) e o injusto (sofisma):

Argumento Justo: – Meus argumentos são, convêm saber, a Verdade e a Justiça.

Argumento Injusto: – Eu te desarmo. E te derroto, com Justiça e tudo. Não existe a Justiça.

Argumento Justo: – Não existe? Tem graça!

Argumento Injusto: – Então, me mostra onde ela está.

Argumento Justo: – Onde está a Justiça? Muito fácil: no regaço dos Deuses.

Argumento Injusto: – No regaço. Dos Deuses? Então podes me explicar como Zeus escapou da punição, depois de ter prendido o próprio pai? A incoerência é clara como água.

Argumento Justo: – Tagarela asqueroso! Tu me enojas!



adotando sua separação dos fatores, mas não seus valores: a *paideia* dos retores é “humana” (*anthropine tis*), a dos filósofos é “divina” (*theia*); ora, somos homens; logo, é preciso preferir a educação retórica.<sup>22</sup>

Assim, uma vez reconhecida nossa condição, nossa limitação humana, uma vez que não se espera mais pela deusa, é preciso voltar aos nossos problemas, mas nunca despreparados, pois libertamos a retórica. Assim, é preciso voltar ao ponto crítico.

Como vimos, para não cair em desgraça perante o argumento moral de Ginzburg, Hayden White buscou se refugiar numa espécie de base ontológica, frágil o suficiente para permitir alguma margem de atuação à retórica (diversas interpretações históricas acerca do holocausto), mas resistente a ponto de garantir o uso de expressões como “intacta” e “realidade” – a interpretação israelita do holocausto deixa intacta a realidade...

Em nossa opinião, White se viu coagido por uma investida platonizante e acabou cedendo terreno de forma precipitada. Pressionado, ele deteve o corte epistemológico que Barbara Cassin realizará contra as pretensões ontológicas, seja no conhecimento histórico, seja no filosófico, o que a essa altura se tornou equivalente.<sup>23</sup> Não devemos, no entanto, culpar White. Mesmo Górgias, quando interpelado por Sócrates, cedeu espaço, ao menos na versão do diálogo homônimo escrito por Platão:

Deve-se usar a retórica também com justiça, como uma arte de combate. Se alguém, creio, que se tornou orador, comete injustiças graças a essa potência e a essa arte, não se deve desprezar nem expulsar das cidades aquele que as ensinou a ele. Pois este último as transmitiu em vista de um uso justo, ao passo que o primeiro faz delas um uso contrário. É então aquele que as usou sem retidão que é justo desprezar, expulsar, condenar à morte, mas não aquele que as ensinou. (Platão. Górgias. 457 b-c)

A arguição sofística virá tardiamente, mas não, esperamos, sem efeito.

---

<sup>22</sup> CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 195.

<sup>23</sup> Como aponta Cassin, após o triunfo da retórica e da sofística, segue-se a desqualificação de toda filosofia e todo desvelamento – entre eles a história – que se entenda como única e última mestra da verdade, pois assim como a filosofia visava à essência, a história deveria ir ao essencial dos fatos. CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 232-237.

### A virada sofística: a primazia do efeito.

Cassin oferecerá a resposta que Górgias, dadas as circunstâncias autorais de seu diálogo, não pôde dar. De certo forma, ela também responde no lugar de White, que foi acusado por indicar a potência da eficácia nas narrativas históricas. Primeiramente, nossa autora livra a retórica da dualidade estabelecida por Platão, que havia lhe aprisionado ao trono da filosofia. Não existe uma retórica boa – a filosófica; e outra má – a sofística. Existe apenas uma retórica que, por sua vez, deve permanecer independente de julgamentos de valor:

O ponto crítico é, como se pode ver, que, se existe de fato uma e apenas uma retórica, não importando o uso que dela se faça, ela deveria poder permanecer independente, enquanto tal, de qualquer julgamento ético ou filosófico. Sem isso, encontramos-la utópica (“tal retórica”, a do Fedro no Górgias, e a do próprio Fedro) ou condenada (a do Górgias no Górgias). De fato, é necessário e suficiente que o adversário de Sócrates, Górgias ou Pólo, admita um julgamento de valor (sobre a relação entre retórica e belo, bem, ou justo), para que a cada vez, evidentemente, a retórica se deixe capturar pela rede da filosofia.<sup>24</sup>

A retórica é então libertada da filosofia e da ética, para se tornar uma disciplina, se não autônoma, ao menos distinta, e não subalterna. Aristóteles, que era demasiadamente platônico para se tornar sofista, ao mesmo tempo em que era suficientemente sofista para não permanecer platônico, se deu conta do constante desafio que o mundo cotidiano oferecia aos homens, e tirou a retórica do plano ideal, para trazê-la ao âmbito do verossímil.

O segundo ponto importante: “a retórica se ocupa de *logoi*, tudo bem, mas então apenas de *logoi*, e não de *pragmata*”.<sup>25</sup> Ora, se o que a história nos apresenta é um discurso sobre o passado, então por que Ginzburg desloca a questão da eficácia, retirando-a do *logos*, ou seja, do âmbito discursivo e narrativo, para em seguida jogá-la sobre a própria coisa – e a mais trágica delas – que foi o extermínio? Ora, enquanto White tratava de versões narrativas sobre o holocausto (a sionista era uma delas), Ginzburg ignorava o âmbito discursivo para ir à própria coisa, esquecendo-se do fato

---

<sup>24</sup> *Id. Ibid.*, p. 157-158.

<sup>25</sup> *Id. Ibid.*, p. 165.

que foi o discurso positivo (presente na historiografia e em outras artes, como a literatura e o cinema) que venceu o discurso negativo (o negacionismo de Faurisson).

Se pudermos arriscar uma resposta, trata-se de uma demonstração de ingratidão com o efeito. A geração que viveu a guerra, que teve sua experiência, não transmitiu geneticamente esse horror para a humanidade. Se hoje a simples menção da palavra holocausto é suficiente para evocar o mais funesto quadro de dor e sofrimento, isso se deve única e exclusivamente em razão do *efeito discursivo*. Por isso, o fato de considerar os *pragmata* como *hypokeimena*, como coisas que “já estão aí”, e não como possíveis efeitos de *logoi*, é sinal de que ou somos ainda muito platônicos, ou nos tornamos ingratos com a tradição sofística do *logos*, que persuade e faz ver o mundo por meio do discurso. Mas, como destaca Cassin, uma atitude que pretende ir às próprias coisas torna ilegítimo o estatuto político da retórica e impede o seu impacto sofístico. No fim, inevitavelmente far-se-á uso da retórica, para em seguida desprezá-la, em gesto de profunda ingratidão.

A atitude não ingrata reconhece o valor da retórica no mundo. E já que nosso mundo não é o das ideias, mas o sensível, a retórica deveria triunfar sobre a filosofia. No entanto, mesmo aqueles que tentaram erigir o império da retórica, podem nunca ter deixado o horizonte platônico completamente para trás.

Segundo Cassin, é o caso de Perelman<sup>26</sup> que buscou a revitalização da retórica nas linhas de Aristóteles. Uma vez que ocorre a virada do mundo ideal para o fenomênico, a virada filosófica para a sofística, e a virada material para a linguística, espera-se a propícia inversão de um “tudo é filosófico”, que era a opção propriamente platônica do Fedro, para um “tudo é retórico”, como foi representada a opção específica do Górgias no interior do *Górgias*. Ora, essa segunda opção foi a escolhida por Perelman, mas, conforme Cassin, não sem resquícios platônicos.

Como sabemos, acontece de as provas mais sólidas aos olhos dos homens competentes nem sempre serem aquelas que promoviam a convicção. Assim, compreende-se que Platão, ao sonhar com uma retórica digna dele, tenha condenado

---

<sup>26</sup> PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

os oradores que ele julgava indignos de um filósofo. Por isso, no Fedro, a retórica é tratada como divina, capaz de convencer os próprios deuses (fundada em um conhecimento objetivamente válido). Perelman sabe que há problemas em reconhecer o caráter objetivo de um conhecimento, sua conformidade aos fatos e a verdade de uma proposição que se enuncia (problema das premissas). Assim, ele sustenta que o valor da retórica não depende mais, como em Platão, do objeto da persuasão, mas apenas dos sujeitos persuadidos, do auditório ao qual se dirige o orador, uma vez que é o auditório que determina os meios de persuasão necessários.<sup>27</sup>

O problema é que esse auditório sempre foi mal visto. Não por acaso, Parmênides deixou “*os usuais caminhos humanos*”, uma trilha “*na qual não há fé verdadeira*”.<sup>28</sup> Em Platão, no *Górgias*, o auditório é constituído por crianças, que preferem o cozinheiro ao médico.<sup>29</sup> Em Aristóteles, o auditório também tem importância central: o livro II de sua *Retórica* trata de como estimular a emoção no auditório. Em resumo: essa tradição filosófica considera que o valor da eficácia se mede pelo valor do auditório. A técnica retórica em Aristóteles foi trazida novamente para o mundo real, mas ainda permaneceu estranhamente coroada por uma revitalização do platonismo, uma revitalização que decide, fora do campo da retórica, sobre a qualidade dos espíritos.<sup>30</sup>

“Mas o que determina a qualidade de um auditório?” – é a pergunta que uma posição não platônica deve levantar. Como aponta Cassin, Perelman sabe disso, o que não o impede de oscilar entre duas posições: o da qualidade e o da quantidade. Ele rejeita a qualidade, pelas razões já citadas. Em “Da prova em filosofia”, Perelman se vê confrontado pela questão decisiva à qual será retomada também por Apel e Habermas: o que fazer quando uma proposição aparentemente válida, à qual todos os seres sensatos deveriam aderir, é rejeitada por um ou mais espíritos insubmissos?<sup>31</sup> É evidente que uma solução possível é “excluir os recalcitrantes do conjunto de seres

---

<sup>27</sup> CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 169.

<sup>28</sup> ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 39-40.

<sup>29</sup> Platão. *Górgias*. 464e.

<sup>30</sup> CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 170.

<sup>31</sup> *Id. Ibid.*

sensatos”. Esse procedimento, no entanto, apenas transformaria o auditório universal em um “auditório de elite”, onde a qualidade substitui a quantidade. Como pondera Cassin, talvez seja próprio da filosofia nunca se privar desse gênero de exclusão, afinal Aristóteles, no livro Gama de sua Metafísica, relega os sofistas que se recusaram a reconhecer o princípio da não-contradição para fora da humanidade, como “plantas” que falam.<sup>32</sup>

Mas a retórica deve florescer em meio democrático, e não almejar revelação ou privilégios divinos. Assim, prossegue Cassin, Perelman opta por evitar a ideia de auditório qualificado e, em princípio, temos a impressão que ele está a favor de Górgias e contra Sócrates, na medida em que sustenta, por meio de uma analogia, o seguinte valor à retórica: “diremos que o que a correção é para a gramática, a validade é para a lógica, a eficácia o é para a retórica”.<sup>33</sup> No entanto, o próprio Perelman evoca o velho argumento que vimos repetido de Platão à Ginzburg: “mas se apenas a eficácia é levada em conta, teremos um critério que nos permita distinguir o sucesso do charlatão e o do filósofo eminente?”<sup>34</sup>

É então que o resquício platônico desponta. Ao rejeitar a qualidade, Perelman escolhe a quantidade – o auditório universal. Mas por quê? Porque o interesse – e o esforço máximo de argumentação, necessário para tal –, em dirigir-se a esse auditório universal só poderia ser constituído *no caso de um espírito honesto*. Portanto, segundo ele, nessa empreitada assistiríamos *os espíritos mais retos e, diríamos, frequentemente os mais racionalistas*, dedicados às matérias da filosofia e ciências humanas. Assim, o imperativo retórico de se dirigir ao auditório universal barganha uma espécie de salvo conduto – por petição de princípio, deve-se dizer – que se trata de um espírito honesto e, novo recuo platônico, praticante da boa retórica.<sup>35</sup>

O desapontamento sofístico se torna manifesto. A nova retórica de Perelman, mesmo que pretenda superar a filosofia, se define por ser, ao contrário da sofística, regulada pela *proairesis*, e assim passa a receber seus valores de uma ética

---

<sup>32</sup> *Id. Ibid.*

<sup>33</sup> PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *op. cit.*

<sup>34</sup> *Id. Ibid.*

<sup>35</sup> CASSIN, Barbara. *op. cit.*, p. 172.

filosoficamente preconcebida. Então Cassin, diante disso, se lamenta, pois o papel da retórica passa a ser, no máximo, de ventríloqua. A única saída digna para a retórica, segundo a autora, seria encontrada na manutenção estrita de uma problemática do efeito: não com, mas contra toda problemática da intenção.<sup>36</sup>

É a intenção, jogando com o indiscernível, que opera a possível usurpação e obriga a se deixar atribuir a máscara do sofista tão logo não se reivindique, com grande alarde, o rosto do filósofo.<sup>37</sup>

Mas a retórica, como sugere Aristóteles, não deveria ser incompatível com a sofística, lembra Cassin. Ainda assim, segundo a visão platônica de uma ética da intenção – a qual sempre preexiste e persiste – tal retórica assim concebida não poderia ser senão má, assim como a sofística não poderia ser senão perversa. Mas, se por um instante deixarmos de lado o horizonte platônico e considerarmos não o bem, o belo e o justo em si mesmos, assim como a historiografia em si mesma, poderemos perceber o ponto fundamental nessa questão: trata-se do *efeito*. Quando Cassin desenvolve o conceito de *logologia* como “*ser efeito do dizer*”, o que ela pretende é mostrar que o decisivo não é a “coisa em si”, mas sempre o efeito produzido pelo discurso (e também marcado pela passagem do tempo).<sup>38</sup> E, como ela defende, no efeito, “parecer e ser são necessariamente indistintos”, uma vez que a ideia de intenção – uma ideia que fundamenta toda acusação de hipocrisia – “sempre se instala na diferença entre ser e aparecer”.

O efeito, por sua vez, não apenas entendido em termos de eficácia sobre o auditório (houve ou não persuasão), mas também em termos de atividade do orador (o ato de bem falar) e, sobretudo, como instrumento primordial e último de decisão e atuação sobre o mundo, é sempre *index sui*.<sup>39</sup> Esse é o ponto fundamental. E por isso, podemos concluir com ela, não há nada de surpreendente no fato da relação mimética entre sofística/retórica e filosofia ser não somente invertida, mas demitida em proveito de uma retórica independente da ética filosófica.<sup>40</sup>

---

<sup>36</sup> *Id. Ibid.*

<sup>37</sup> *Id. Ibid.*, p. 173.

<sup>38</sup> *Id. Ibid.*, p. 201.

<sup>39</sup> *Id. Ibid.*, p. 175.

<sup>40</sup> *Id. Ibid.* p. 173.

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARISTÓFANES. *As Nuvens*. Tradução de Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre JÚNIOR. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: INCM, 1998.
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- CLARK, Elizabeth. *History, Theory, Text. Historians and the Linguistic Turn*. Cambridge: Harvard, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Filosofia na era trágica dos gregos*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLATÃO. *Górgias*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.
- SMITH, Bárbara. *Crença e resistência: A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.